

NUMA ECONOMIA QUE NUNCA PRODUZIU EMPREGOS SUFICIENTES PARA A SUA POPULAÇÃO

Exigir “formalização” dos informais como condição para aceder ao apoio do Governo é promover exclusão económica



Créditos: Jornal O País

Respondendo às perguntas de insistência das bancadas parlamentares na sessão plenária do dia 28 de Maio, o Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, anunciou o seguinte: “*não haverá apoio directo aos informais enquanto não se registarem na Autoridade Tributária*”. Em

*suas palavras, “os informais têm que caminhar para o formal para terem também o apoio formal do Governo”*¹. Em relação à esta decisão do Governo, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) faz a seguinte questão: se os sucessivos governos de Moçambique, desde os longínquos anos

¹ <http://www.verdade.co.mz/nacional/70405>



Créditos: interlusofona.info

dos “dumbanegues”², logo a seguir à independência nacional, não conseguiram eliminar o sector informal, como é que o Senhor Ministro da Economia e Finanças acha que este Governo poderá “formalizar todos os informais” num momento em que o país enfrenta a pandemia da covid-19?

Terá o Senhor Ministro conhecimento de que, segundo dados do Banco Mundial, 86.71% da força de trabalho moçambicana (na sua maioria constituída por jovens e mulheres) está empregue no sector informal? Estará ciente, o senhor Ministro, de que uma das razões que dificulta a realização de negócios em Moçambique, e que também explica, em parte, o alto nível de informalidade da economia nacional, é o facto de, não obstante a existência do Balcão Único de Atendimento, o processo de registo e formalização de empresas continuar longo e tedioso?³

Para ilustrar como a burocracia da administração pública é um factor que contribui para os elevados índices de informalidade da economia nacional, o estudo do Banco Mundial

usa o exemplo da jornada percorrida por um sapateiro de Maputo para a formalização de sua empresa.

Embora a lei estipule que uma licença comercial com validade indeterminada possa ser obtida com um número reduzido de documentos, o estudo refere que este aspirante a empresário foi enviado de volta várias vezes para tratar documentos adicionais que, por sinal, não eram exigidos por lei. Além dos custos de transacção acima descritos, este aspirante a empresário teve que pagar mais 5.700 meticais, no lugar de 1.639 meticais determinados por lei. E no final só conseguiu uma licença que precisava de ser renovada anualmente mediante o pagamento de uma taxa de 3.000 meticais. Todo o procedimento levou 32 dias, em vez dos 17 formalmente exigidos e documentados pelo relatório *Doing Business* do Banco Mundial.

Senhor Ministro da Economia e Finanças, como seria possível este todo processo neste período de Estado de Emergência? Não estaríamos na contramão dos esforços de redu-

² *Dumbanegue* significa ‘confia no teu pé’, na língua xironga, e é o nome que era dado aos mercados informais das ruas de Maputo que se intensificaram nos finais dos anos setenta e início da década de oitenta e dominado por mulheres que vendiam, sobretudo, hortícolas e comida. A referência a expressão “confia no teu pé” é alusão à fuga à polícia sempre que esta se fizesse presente a esses locais para impedir a venda ambulante que era, tal como hoje, considerada ilegal.

³ <http://documents.worldbank.org/curated/en/275211562775522380/Informal-Firms-in-Mozambique-Status-and-Potential>



Créditos: Jornal O País

ção da circulação desnecessária de pessoas para prevenir a propagação da covid-19?

Senhor Ministro, para além do factor acima mencionado e de outros relacionados à má governação económica do país, o sector informal é também resultado da conjugação de dois problemas estruturais e crónicos da economia moçambicana.

Trata-se da baixa capacidade de produção das empresas, o que limita a sua capacidade de expansão e de criação de novos empregos; e do baixo nível de acesso à educação, em quantidade e qualidade, que leva ao desemprego estrutural, principalmente para os jovens.

Neste sentido, obrigar que os informais se transformem em formais como condição para aceder à ajuda governamental representa a reprodução do mecanismo de exclusão económica que o Governo vem promovendo ao longo dos anos.

Para ajudar na sua reflexão, senhor Ministro da Economia e Finanças, o sector informal ao qual o Governo recusa dar apoio social é constituído por 11 milhões de moçambicanos, contra os 1.1 milhões que estão no sec-

tor formal⁴. E mais: o sector informal contribui com mais de 60% para o Produto Interno de Moçambique⁵.

São estes moçambicanos que, em tempos da pandemia de covid-19, não ficam à espera por uma ajuda financeira do Governo que nunca chega, mas lutam todos os dias para conseguir rendimentos mínimos que os permitam suportar o custo de vida cada vez mais alto, incluindo o pagamento de mensalidades escolares que, na sua maioria, continuam a ser cobradas na totalidade pelas instituições de ensino privado.

Senhor Ministro, fazem parte deste grupo de informais os moçambicanos que, recentemente, perderam os seus empregos devido à crise económica provocada pela pandemia da covid-19.

Alguns nem sequer tiveram uma justa indemnização ou compensação financeira, mas viram o Governo a levar, sem transparência e prestação de contas, cerca de 600 milhões de meticais das suas contribuições ao sistema de segurança social para financiar as empresas.

Os moçambicanos que estão no sector informal são aqueles cidadãos que todos os

⁴ <https://www.dandc.eu/en/article/mozambique-every-person-working-formal-sector-there-are-ten-informal-sector>

⁵ <https://clubofmozambique.com/news/more-than-7-million-economic-agents-in-mozambique-are-informal/#:~:text=More%20than%20seven%20million%20Mozambicans,employment%20rate%20in%20the%20country.>

dias enfrentam a crise de transporte de passageiros para chegar aos seus locais de trabalho e garantir, desse modo, o sustento das suas famílias. Aliás, muitos moçambicanos vêem-se obrigados a recorrer às carrinhas e camionetas de caixa aberta, popularmente conhecidos por “my loves”, expondo-se ao risco de contaminação por coronavírus. Esta exposição à pandemia da covid-19 aumenta a vulnerabilidade das suas famílias e, em última instância, de toda a sociedade moçambicana.

Portanto, senhor Ministro da Economia e Finanças, para que Moçambique consiga ultrapassar rapidamente esta crise é imperioso o trabalho e o empenho de cada moçambicano. Ao Executivo de que o Senhor Ministro faz parte, exige-se uma governação inclusiva e a implementação de medidas de política económica e social que protejam o bem-estar de todos os moçambicanos, independentemente de estarem a operar no sector informal ou formal da economia.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

 WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:




Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

 WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19 Passe a palavra! Uma iniciativa de:




Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

